

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC - CÂMPUS GAROPABA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

FLORISVALDO MACHADO

**PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA TURISMO NO  
CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

GAROPABA

2019

FLORISVALDO MACHADO

**PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA TURISMO NO  
CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso Superior de  
Tecnologia em Gestão Ambiental, do  
Instituto Federal de Santa Catarina,  
Câmpus Garopaba sob a orientação da  
Profa. Micheline Sartori e co-orientação  
da Profa. Fabiana Agapito Kangerski.

GAROPABA

2019

Machado, Florisvaldo

M149p Proposição de práticas sustentáveis para turismo no contexto da agricultura familiar/ Florisvaldo Machado ; orientadora: Micheline Sartori ; Co-Orientadora: Fabiana de Agapito Kangerski. -- 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Garopaba, 2019.  
Inclui bibliografias

1. Gestão ambiental. 2. Agricultura familiar. 3. Turismo. I. Sartori, Micheline. II. Kangerski, Fabiana de Agapito. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. IV. Título.

CDD 658.408

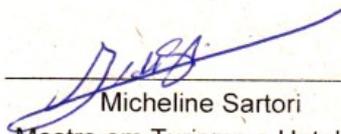
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Elisandra Mariléa Quintino – CRB-14/998

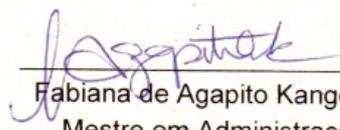
PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA TURISMO NO CONTEXTO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR.

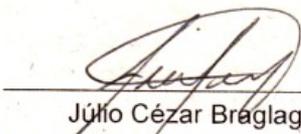
FLORISVALDO MACHADO

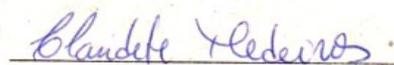
Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Garopaba, 26 de novembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
Micheline Sartori  
Mestre em Turismo e Hotelaria

  
\_\_\_\_\_  
Fabiana de Agapito Kangerski  
Mestre em Administração

  
\_\_\_\_\_  
Júlio César Braglaglia  
Mestre em Tecnologia de Segurança e Qualidade de Alimentos

  
\_\_\_\_\_  
Claudete Medeiros  
Licenciada em Geografia

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À atual coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Elisa Serena Gandolfo Martins e ao professor João Henrique Quoos, que também esteve na coordenação do curso, por estarem sempre à disposição dos alunos. E aos demais professores pela paciência e incentivo.

Agradeço também à minha orientadora, Micheline Sartori e à co-orientadora Fabiana Agapito Kangerski, por ter aceito esta empreitada de construção da pesquisa e por toda a atenção que me deram ao longo deste trabalho.

Aos componentes e examinadores da minha banca de apresentação, Prof. Júlio Cezar Bragaglia e à geógrafa Claudete Medeiros, por agregarem seus conhecimentos nas correções deste estudo.

Aos colegas do curso, pelo acolhimento e apoio a mim dispensado nestes últimos três anos. Especialmente às colegas Cristiane Bossoni e Gabriela de Almeida Fagundes, pelo suporte nos meus momentos de dificuldades acadêmicas.

Aos entrevistados deste estudo, Jackson Sena Silveira - Secretário de Turismo, Esporte e Desenvolvimento de Garopaba, Adreane Maria Scopel - Extensionista Social da EPAGRI, por dispensarem seu tempo com suas opiniões e conhecimentos. Também ao Glaicon de Sousa Silveira, extensionista da EPAGRI.

A todas as pessoas envolvidas na realização deste trabalho e no decorrer do curso.

# PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA TURISMO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

## RESUMO

A agricultura familiar alimenta o mundo, mas depende de recursos naturais vitais para produzir grandes quantidades a fim de satisfazer a demanda. Assim, é visível a importância de alcançar a sustentabilidade da agricultura, visto que as atividades agrícolas responsáveis pela obtenção de alimento sempre exerceram grande pressão sobre o meio ambiente. É neste viés social, de rentabilidade e sustentabilidade, que este trabalho pretende abordar a oportunidade social e aumento da renda desenvolvida através de atividades turísticas como forma de fomento ao desenvolvimento local. Assim, como objetivo geral, definiu-se diretrizes para implantação de atividades turísticas em uma propriedade rural de pequeno porte, com ênfase na agricultura familiar. Como objetivos específicos, traçou-se: mapear a estrutura atual da propriedade; levantar os atrativos turísticos próximos no entorno; identificar aspectos necessários para a gestão ambiental no empreendimento de agroturismo e definir a oferta turística da propriedade.

**Palavras-chave:** gestão ambiental, agricultura familiar, turismo.

## ABSTRACT

*Family farming feeds the world but relies on vital natural resources to produce large quantities to meet demand. Thus, it is visible the importance of achieving the sustainability of agriculture, since the agricultural activities responsible for obtaining food always exerted great pressure on the environment. It is in this social bias, profitability and sustainability, that this work aims to address the social opportunity and increased income developed through tourism activities as a way of fostering local development. As a general objective, guidelines were established for the implementation of tourist activities in a small rural property, with emphasis on family farming. The specific objectives were: mapping the current structure of the property; raise the nearby tourist attractions in the surroundings; identify aspects necessary for environmental management in the agrotourism enterprise and define the tourism offer of the property.*

**Keywords:** *environmental management, family farming, tourism.*

**Trabalho de Conclusão de Curso redigido em formato de artigo para  
submissão para a Revista Turismo Visão e Ação. Normas da revista em anexo.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Turismo em áreas rurais</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento</b>	<b>14</b>
<b>2.3 Sustentabilidade e Competitividade</b>	<b>16</b>
<b>2.4 Comportamento do cliente e práticas sustentáveis no agroturismo</b>	<b>17</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>18</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS</b>	<b>19</b>
<b>4.1 A percepção das entidades públicas diretamente relacionadas ao temas do estudo quanto às práticas de Turismo Rural em Garopaba</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Análise das entrevistas</b>	<b>21</b>
<b>4.3 O Planejamento do Negócio</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar alimenta o mundo, mas depende de recursos naturais vitais para produzir grandes quantidades a fim de satisfazer a demanda.

Dentre os diversos desafios enfrentados pelas pessoas do campo está também a manutenção da propriedade com os recursos obtidos da própria atividade rural e isso envolve não só políticas públicas nem sempre favoráveis e a aplicação de melhores práticas para o manejo como também os impactos de fenômenos naturais como: chuva, geada, seca além de outros.

Uma das possibilidades para se minimizar os impactos econômicos que essas questões podem trazer está a atividade turística como forma de diversificação da renda e desenvolvimento local. A importância de aplicar os conceitos de sustentabilidade ecológica e social no contexto do turismo e da agricultura familiar, como forma de agregar valor a renda familiar. Além disso, a necessidade de preservar a cultura local, através de práticas sustentáveis do turismo e da agricultura sustentável promovendo a proteção do meio ambiente.

Exemplos aplicáveis como: captação da água da chuva, reaproveitamento de compostos orgânicos, compostagem relacionada com a horta orgânica, banheiros secos e fossa ecológica como alternativa aos banheiros convencionais, são modelos simples que podem contribuir para a racionalização dos recursos naturais e estarem presentes na adequação da propriedade para o recebimento de visitantes.

O desenvolvimento local, segundo Buarque (1999), é baseado nos agentes locais, sendo relacionado a iniciativas inovadoras da coletividade, encadeando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Para que esse processo de desenvolvimento seja duradouro, é preciso elevar as oportunidades sociais e a competitividade da economia local, aumentando a renda (BUARQUE, 1999).

Como o uso inadequado dos recursos naturais tem promovido intensa degradação ambiental, visto que levam a destruição de hábitat e de espécies potencialmente úteis para a sobrevivência do planeta é importante que a atividade turística esteja em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Segundo Bezerra e Schlindwein (2016), no universo da agricultura existem dois importantes segmentos produtivos que impactam no Produto Interno Bruto

(PIB): a agricultura não familiar e a agricultura familiar. No que se refere à agricultura familiar, que é o foco deste trabalho, cabe ressaltar que foi somente a partir dos trabalhos de Guanziroli e Cardim (2000), com o “Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto”, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país (GUANZIROLI et al., 2001)

Cabe destacar ainda que, foi somente a partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido pela sua categoria social e produtiva, sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor. Destaca-se que, até antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO-SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

Sendo assim, é neste viés social, de rentabilidade e sustentabilidade, que este trabalho pretende abordar a oportunidade social e aumento da renda desenvolvida através de atividades turísticas como forma de fomento ao desenvolvimento local, ampliando a oferta no setor que é tão forte na região. Assim tem-se como objetivo geral: definir diretrizes para implantação de atividades turísticas em uma propriedade rural de pequeno porte, com ênfase na agricultura familiar. E para alcançar tal objetivo foram definidos alguns objetivos específicos: mapear a estrutura atual da propriedade; levantar os atrativos turísticos próximos no entorno; identificar aspectos necessários para a gestão ambiental no empreendimento de agroturismo e definir a oferta turística da propriedade.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Turismo em áreas rurais**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950, 64% dos brasileiros viviam na zona rural, com a modernização da agricultura e a migração em direção às cidades (êxodo rural), vinte anos depois este percentual caiu para 44%. Já na década de 80 houve crescimento da população rural, apesar da queda no emprego agrícola, indicando um processo de mudança no campo (IZIQUE, 2012).

Turismo rural, para Beni (2008) é entendido como o deslocamento de

peessoas a espaços rurais tendo ou não roteiros programados com ou sem pernoite, o turismo o meio rural pode abranger uma série de atividades que conforme suas característica podem identificar o agroturismo e nesse contexto a agricultura familiar. Para o autor ainda, as origens do turismo rural podem ser identificadas em duas principais vertentes:

“A primeira está nas experiências já consolidadas em vários países, e também no Brasil, consubstanciadas no desenvolvimento de uma oferta de serviços turísticos de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, mediante a introdução do turismo rural como alternativa de aumento de renda, de agregação de valor à terra e de meio de fixação de trabalhadores rurais no campo em pequenas. Quando o turismo passa a ser então a principal atividade produtiva.

A segunda vertente reside nos casos de propriedades não produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada. Ainda nessa vertente, incluem-se modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos, especialmente edificadas nas áreas rurais de destacado valor cênico-paisagístico”. (BENI, 2008, p.471)

Com o crescente aumento de demanda turística por ambientes naturais ,o espaço rural vem se destacando por meio de diferentes segmentos ,como o turismo rural e o agroturismo. Tendo como principal componente a propriedade do homem do campo e sua família, na busca natural e simples no que se refere a destinação e acolhimento. O turismo rural então, apresenta-se como uma alternativa muitas vezes viável às áreas rurais como outra fonte de renda além de ser um possibilidade para locais com saturação turística para a acomodação de visitantes.

A relação entre o ambiente rural e urbano já era apontada por Izique (2012), no início dos anos 2000 um novo cenário mostrava que “a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividiam espaço em atividades ligadas à prestação de serviços, especificamente ao turismo e ao lazer, tornando cada vez mais próximos, os limites entre o rural e o urbano no país” (IZIQUE, 2012). Ainda de acordo com a mesma fonte, 44,7% dos brasileiros que residiam na zona rural em 2009 tinham renda proveniente de atividade não agrícola.

Conforme Izique (2012), coordenado inicialmente por José Graziano da Silva do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), até julho de 2019 o projeto de pesquisa “Caracterização do Novo Rural Brasileiro 1992/98”, e

batizado de Projeto Rurbano mostrou que no Brasil o mundo rural é maior que o agrícola, no sentido que a área rural não estava exclusivamente ligadas a fatores como o plantio e a agropecuária, mais podia ter outros fatores envolvidos. Ainda de acordo com Izique (2012), o Projeto Rurbano, evidenciou uma perspectiva de análise equivocada que reduz o rural ao agrícola, teve e segue tendo forte impacto sobre políticas públicas.

Citando ainda a segunda fase do Projeto Rurbano, IZIQUE (2012) afirma que os pesquisadores observaram que as áreas de agricultura e pecuária agrega outras atividades não agrícolas e que, muitas das famílias residentes em áreas rurais exerciam pluriatividade, ou seja, combinavam o trabalho no campo com atividades não agrícolas, como forma de aumentar a renda familiar, mostrando também que trabalhava por conta própria. Uma das possibilidades de atividades não agrícolas tem relação com o desenvolvimento do turismo em pequenas em propriedades familiares, essa atividade não agrícola no meio rural.

Apesar das políticas de transferência de renda, e de apoio à agricultura familiar, a desigualdade da distribuição de renda no setor agrícola ainda é maior do que nos demais setores, o que leva a procura por outras fontes de renda não agrícolas, tornando capaz a redução dessa desigualdade.

Uma das possibilidades de incremento da renda no cenário agrícola é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que permite que produtores rurais com 80% de renda originária de produção agrícola e os empregadores agrícolas com até dois empregados permanentes, possam ter acesso a crédito rural para investir em melhorias para a propriedade.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresenta-se como uma importante opção de crédito agrícola para os agricultores e também destaca-se por um significativo fato na esfera das políticas públicas, para a cena agrícola do país brasileiro, representando o reconhecimento do estado com relação aos agricultores familiares (SCHNEIDER et al, 2004)

De acordo com a Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, no artigo 3º (BRASIL, 2006), são destacadas como características primordiais para se enquadrar como agricultores familiares: (i) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; (ii) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser

predominantemente familiar e (iii) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Conforme a Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, o módulo fiscal de cada município deve ser expresso em hectares e levar em consideração alguns fatores:

- “a) o tipo de exploração predominante no Município: I - hortifrutigranjeira; II - cultura permanente; III - cultura temporária; IV - pecuária; V - florestal;
- b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.” (BRASIL, 1979, Art.50)

Conforme consulta ao Portal da Embrapa (2019), no município de Garopaba, Santa Catarina, um módulo fiscal possui 12 (doze) hectares.

Nesse contexto pode-se trabalhar as atividades relacionadas ao turismo rural e ao agroturismo que se apresentam como possibilidade de mudança para melhoria da renda familiar e conseqüente melhor qualidade de vida das pessoas envolvidas.

O turismo rural é um segmento associado à natureza que reflete o modo de vida de habitantes de uma localidade. Conforme Raimundo (2011, p.22) “ O canto dos pássaros, o cheiro da terra são poderosos instrumentos para vivências de forma sustentável as belezas de um local, isso leva as pessoas a viajar para ver outras paisagens diferente do seu cotidiano”.

Apesar do ambiente propício, de acordo com Phillip Jr & Ruscjmann (2010) a fragilidade das representações locais requerem o apoio legal e a infraestrutura necessária como forma de incentivo, assim como informações de negócios e geração de demandas turísticas com foco na sustentabilidade, através de um trabalho de divulgação e marketing.

A postura técnica e profissional do poder público deve contribuir para se obter resultados importantes, no que se refere a promoção do turismo rural nas propriedades rurais ou urbanas, de forma sustentável, ressaltando-se a importância do compartilhamento das responsabilidades com o setor setor privado (SOLHA, 2010).

Nesse contexto pode-se encontrar o agroturismo, segundo Beni (2008. p. 471) é a:

“Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris.”

Destacam-se aqui dois grandes aspectos que distinguem esse segmento do turismo rural sendo o primeiro a produção agropastoril em escala econômica que representa a maior fonte de rendimento da propriedade e, o turismo sendo a receita complementar, já o segundo como as próprias atividades agropastoris constituem em si mesmas, o principal diferencial turístico.

No conjunto do agroturismo é que se insere a agricultura familiar. Segundo Turnes (2015, p.34). O turismo desenvolvido no âmbito da agricultura familiar é:

“Atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares, os quais mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar e estão dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos”.

Neste caso, os turistas, para viverem a autêntica experiência da vida no campo e da ruralidade, poderão ou não participar da rotina diária dos afazeres domésticos ou produtivos da propriedade. É importante destacar aqui que a atividade turística deve obedecer a parâmetros de ocupação conforme a capacidade de carga e suporte das atividades produtivas da propriedade que, caso contrário, comprometerá a quantidade e qualidade do produto, considerando-se que a intromissão do visitante, em seu desejo natural de querer saber sobre métodos e técnicas de manufatura, muitas vezes, interfere na relação de trabalho, provocando atrasos ou avarias nos bens produzidos.

## **2.2 Sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento**

De acordo com Philippi Junior e Ruschmann (2010) o turismo contemporâneo é um grande “consumidor” da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos grandes tumultos dos

grandes conglomerados urbanos por pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais, durante o seu tempo de lazer. Por isso, constitui um produto consolidado no mercado encontrado no turismo rural um nicho significativo.

De acordo com Barreto (1995, p.71):

“o turismo é uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade. Do ponto de vista financeiro e dependendo da estrutura social do país em questão, o turismo pode ser uma atividade econômica geradora de riqueza”.

O desenvolvimento sustentável é uma discussão presente em diversos espaços tanto do turismo como das áreas que discutem o meio ambiente e bem estar social. Ele deve ser visto como um meio de sobrevivência de um empreendimento turístico, visto que os benefícios trazidos à sociedade não se restringem a população local.

A prática da responsabilidade social vem trazendo benefícios para destinos e empresas, visto que a inserção da comunidade nativa na atividade turística diminui os possíveis impactos negativos para a sociedade agregando valor principalmente à imagem da localidade. Essa consciência responsável, unida à prática do desenvolvimento sustentável, reduz problemas sociais e ambientais e eleva o número de turistas, o que resulta em maior lucratividade, melhora a imagem do local e contribui para consolidação do seu ciclo de vida.

Os conceitos do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável estão intimamente ligados à proteção do meio ambiente. Entretanto encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que, lamentavelmente, ainda não se encontrou plenamente no Brasil e em outros países (RUSCHMANN, 2006, p.44).

O desenvolvimento sustentável pode ser visto como um ponto de equilíbrio entre a massificação do turismo e as restrições para poupar a comunidade local. Para tanto, o empreendimento precisa compartilhar decisões e chegar a um

denominador comum, que pode ser trabalhado com o planejamento participativo, ou seja, em reuniões com a população, discutindo o que será feito, as suas causas e efeitos, ouvindo sugestões. Essa é uma forma de interagir com a comunidade e satisfazer seus anseios, a fim de evitar futuros problemas e colaborar com o desenvolvimento local.

Desta forma, o planejamento das ações de desenvolvimento de um empreendimento turístico a serem realizadas nesse meio é essencial para o sucesso. Assim, devem ser elaboradas estratégias de acordo com os objetivos a serem alcançados.

### **2.3 Sustentabilidade e Competitividade**

A preocupação com o meio ambiente impulsionou o surgimento do conceito de turismo sustentável, que se pauta pela utilização adequada dos recursos naturais, culturais e sociais do presente, de modo a garantir a sua utilização pelas gerações futuras.

A destinação turística é o local onde os elementos mais significativos do sistema turístico se encontram, fornecendo o ponto central para a atividade. O seu desenvolvimento não depende exclusivamente da vocação natural ou cultural da localidade, na medida em que o destino turístico pode ser construído pelo poder econômico e político.

Para acompanhar o crescimento e, especialmente, as mudanças da demanda turística, as destinações devem utilizar o planejamento estratégico e o gerenciamento adequados, mecanismos que possibilitam garantir a existência dos recursos disponíveis, gerando benefícios econômicos e evitando o comprometimento do, meio ambiente, no turismo, o desafio é promover o desenvolvimento sustentável que contemple as três dimensões decisivas: ambiental, social e econômica.

As novas motivações turísticas, a possibilidade cada vez maior de acesso aos destinos distantes e, principalmente, as facilidades de acesso à informação resultam na busca de destinos diferenciados. O turista espera encontrar paisagens diferentes e agradáveis, onde possa compartilhar da cultura e dos costumes locais, ampliando assim, seus conhecimentos.

O turismo especializado, como o turismo rural, gastronômico, de aventura entre outros, surgiu como resultado direto da diversificação das necessidades dos turistas. Os turistas tomam decisões baseadas nas expectativas de experiência turística que vão vivenciar, esperando o turismo de qualidade, cujo conceito transcende boa avaliação dos serviços, atrativos e equipamentos. Não se trata apenas de ter transporte e hotéis melhores, mas sim de acrescentar um sabor local específico, mantendo-se as formas de vida da população local e projetando imagens positivas dos benefícios que esses serviços podem proporcionar aos turistas (GODDNER et al., 2002, p. 192).

Desta forma, acompanhando o pensamento contido no Código Mundial de Ética do Turismo, conforme OMT apud Ruschmann, Rosa e Weidgenant (2010, p. 816), que:

“Visa promover uma ordem turística mundial, equitativa, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada”.

Assim, a criação ou exploração de serviços e atrativos turísticos diferenciados tornou-se instrumento decisivo para manter ou aumentar a participação das destinações no mercado turístico, que se encontra cada vez mais competitivo, devido a maior oferta turística.

## **2.4 Comportamento do cliente e práticas sustentáveis no agroturismo**

De acordo com KANNI in TELES (Org) (2011), a ISO 26000 é a norma que aborda diretrizes de responsabilidade social e os Princípios Globais do Turismo Sustentável (GSTC). Para melhor entendimento da norma, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) esclarece<sup>1</sup> que, segundo a ISO 26000:

“a responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)

comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.”

Utilizado de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivam a conservação da paisagem e promovem o bem estar das populações envolvidas. O proprietário que quer empreender no meio rural, de forma sustentável, deve estar preparado para tomar decisões e estabelecer prioridades em relação a questões que envolvem o meio ambiente e suas atividades turísticas, evitando danos ao patrimônio natural e cultural local, Ruschmann (2010 p.159) fala:

“O maior problema da ausência do planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado, que leva à perda da originalidade das destinações que motiva o fluxo dos turistas, e o empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico”.

Isso contribui para que os turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas. A nova constituição brasileira de 1988 deu mais autonomia aos municípios brasileiros possibilitando a busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável. A partir daí o Estado de Santa Catarina passou a contribuir para o surgimento de novos projetos e planos de desenvolvimento criativos e decisivos para a transformação na cultura local, dentre eles podemos citar o projeto acolhida na colônia.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo realizado teve natureza aplicada, qualitativo e descritivo. Foram realizadas revisão bibliográfica e análise documental. A coleta de dados primários ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturada, tendo como base roteiro prévio elaborados. Utilizou-se de amostra não probabilística por tipicidade pois os entrevistados foram escolhidos de acordo com a representatividade do cargo: Secretária de Turismo, Esportes e Desenvolvimento (SETUR), e Empresa de

Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Estas entrevistas tiveram como objetivo analisar as políticas públicas atuais do turismo rural.

Para mapear o local de estudo, foram feitos levantamentos documentais e fotográficos, bem como o georreferenciamento da área. Além disso, para identificar os aspectos necessários para a gestão ambiental do turismo, foi realizado um levantamento de práticas sustentáveis em agroturismo.

Através do *Google Earth Pro* foi confeccionado um mapa delimitando as estruturas atuais da propriedade, bem como foram descritas suas características, atrativos próximos e localização, atendendo o primeiro e segundo objetivos específicos. Percebe-se que a propriedade apresenta um grande potencial turístico, posto estar cercado de atrativos culturais e naturais, numa área já frequentada e consolidada como destino turístico, porém ainda não explorada por este segmento.

Foram levantados atrativos turísticos do entorno da área de estudo. E a proposta de oferta turística se deu a partir de plano de negócio no meio rural - e também através de coleta nas entrevistas.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

### **4.1 A percepção das entidades públicas diretamente relacionadas ao temas do estudo quanto às práticas de Turismo Rural em Garopaba**

Foi realizada entrevista presencial com o atual Secretário de Turismo, Esportes e Desenvolvimento (SETUR) do município de Garopaba, com o intuito de obter informações sobre as práticas de turismo rural desenvolvidas no município.

De acordo com o Secretário atualmente no município poucas famílias vivem exclusivamente da agricultura familiar. Muitos conciliam o trabalho fora com a atividade agrícola na propriedade. O atual Plano Diretor não contempla estes agricultores, visto que o zoneamento da cidade é praticamente só urbano.

Ainda de acordo com o Secretário existe um grande potencial turístico no meio rural, ainda por organizar e há falta de mapeamento dessas propriedades e agências turísticas para comercializá-las. Conforme o Secretário, não existe

direcionamento do público através das agências: *“não basta ter só atrativo, precisa de direcionamento”*.

O planejamento municipal de turismo de Garopaba referente ao período 2018-2021 não contempla o Turismo Rural no município, apesar de incluir o Turismo de Base Comunitária (TBC), que envolve as propriedades rurais e agricultores familiares locais. Na fala do secretário, destaca-se a iniciativa de projetos de TBC, com a criação de roteiros criados pela Costa Catarina com apoio da EPAGRI. De acordo com a entrevista, há plano para criar o roteiro turístico “Caminhos dos Engenhos” para receber o ano inteiro, já havendo inclusive uma reunião com os outros atores envolvidos, sendo estes: Secretaria de Agricultura, Diretoria de Cultura, Secretaria de Turismo, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina (ADTC) e Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO).

Realizou-se também entrevista com a responsável pela extensão social da EPAGRI. De acordo com sua representante, a EPAGRI possui um programa de turismo rural que envolve todo o estado de Santa Catarina. Na região de Garopaba, há mais de dez anos, foi elaborado um projeto para atender a comunidade pesqueira e agricultura familiar. Envolve, ainda, outros segmentos: artesãos, técnicos, pousadeiros, lideranças locais, entidades comunitárias e algumas empresas. Abrange o território de Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes. Criou-se a Associação de Desenvolvimento Territorial Costa Catarina - ADTC e a marca Costa Catarina. Segundo a extensionista, a EPAGRI trabalha em parceria com a Acolhida da Colônia para fazer o diagnóstico e mapeamento das propriedades rurais, engenhos e comunidades quilombolas que podem agregar roteiros turísticos. A atividade da Epagri neste sentido é fazer o levantamento dos dias em que a propriedade pode receber turistas e a sua capacidade de carga.

Trabalham, ainda, com educação ambiental e orientação para produção de alimentos junto a essas comunidades, ajudando a se organizarem e capacitando-os. A entrevistada citou como exemplo a comunidade quilombola do Morro do Fortunato que está organizada em Associação e atualmente recebe grupos e vende produtos produzidos na comunidade aos visitantes, além de fornecer

alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com a extensionista, a Secretaria de Turismo do município ainda está distante deste projeto da EPAGRI, sem apoiar financeiramente e ainda focados no turismo de massa. Ressaltou a falta de união e parceria entre os órgãos envolvidos para desenvolver o turismo rural de forma coletiva, apesar da potencialidade existente. Ressaltou a necessidade de aproximação com o IFSC e os cursos voltados ao turismo, como o guia de turismo e condutor ambiental local.

De acordo com extensionista, estima-se que em Garopaba ainda existam aproximadamente 40 engenhos que devem ser valorizados, pois fazem parte do patrimônio cultural da cidade. Dentre eles, citou o Engenho do Vô Zeca, que na sucessão familiar está na 3ª geração e que recebe grande número de visitantes anualmente.

Na sua percepção, a falta de estrutura e recurso para dar maior suporte e fomentar o turismo na cidade é um dos principais problemas. Apesar de haver uma pequena divulgação do projeto Costa Catarina, a mesma ainda não foi o suficiente. Há necessidade de maior valorização do agricultor e da identidade local, que busca o simples e a memória afetiva. Uma lembrança positiva para quem tem experiência com o turismo rural, explicou a entrevistada.

A entrevistada ainda enfatizou que é importante que o município tenha um olhar mais positivo sobre a cultura local, valorizando a agricultura familiar, inclusive por questões de segurança alimentar. “Respeitar o jeito simples de ser das pessoas e seu modo de vida, ao invés de priorizar apenas a questão econômica, sem a devida valorização do meio ambiente e de seus atrativos”.

## **4.2 Análise das entrevistas**

Analisando as entrevistas estabelecidas, percebeu-se que há uma lacuna entre as ações e percepções sobre a atividade de turismo rural dos órgãos entrevistados, que se manifesta na falta de integração de políticas públicas. Embora EPAGRI e SETUR, atuem em diferentes segmentos, as ações buscam a convergência para um mesmo público: a comunidade. Contudo, observou-se também que há projetos que são desenvolvidos em parceria, como o Costa

Catarina.

O conceito de Turismo Rural ainda não está claro para os órgãos públicos, sendo comumente confundido com o Turismo de Base Comunitária<sup>2</sup>. Esses segmentos de turismo não são divergentes mas expressam características diferentes que podem ser convergentes quando, conforme TUCUN (2008), ocorrem buscando uma gestão comunitária ou familiar das infra-estruturas e serviços turísticos, com respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local. Entretanto, o conceito de turismo rural é mais abrangente e no contexto estudado volta-se também às atividades turísticas realizadas em ambientes rural ou urbano em pequenas propriedades em que a atividade impacta como uma renda complementar às atividades agropastoris desenvolvidas.

Muitos conciliam o trabalho fora com a atividade agrícola na propriedade. O fomento do agroturismo faz com que o agricultor se mantenha na propriedade. E tenha uma segunda fonte de renda, evitando assim, a necessidade de sair da propriedade em busca de outros trabalhos.

Algo que chamou a atenção na entrevista é a falta de integração entre o poder público municipal através de suas secretarias e outros atores envolvidos, entre eles a EPAGRI.

### **4.3 O Planejamento do Negócio**

A área objeto do negócio, antigamente era considerada rural, porém, com o passar do tempo e urbanização, tornou-se um bairro de zona urbana do município de Garopaba. A família Machado é proprietária de áreas ainda preservadas com características rurais na região, onde são utilizados para agricultura familiar de subsistência. Sendo assim, pensou-se em compartilhar as experiências de vivências no campo a partir da criação de um espaço para atividades turísticas com características rurais, dentro da cidade.

O empreendimento será projetado para atuar como uma pousada urbana

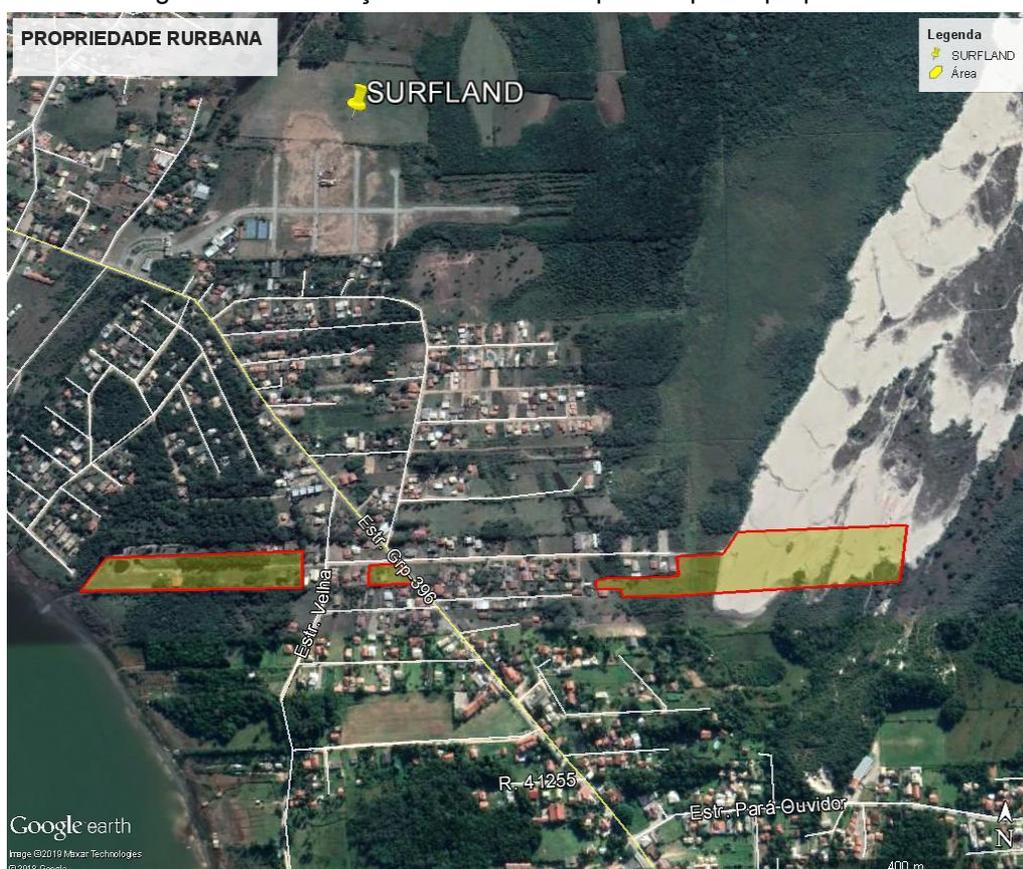
---

<sup>2</sup> No turismo de base comunitária as populações locais são protagonistas sobre o desenvolvimento e gestão do turismo, está baseado na gestão comunitária ou familiar das infra-estruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUN 2008)

que integrará três áreas localizadas nos seguintes locais: Rua Dobrandina Amélia Machado, s/n (coordenadas UTM, Sirgas 2000 730305.637E 6888195.605N), Rua Dobrandina Amélia Machado, n° 21 (coordenadas UTM, Sirgas 2000 730280.574E 6888225.685N) e Rua Clemente Bernardino Machado, n° 458 (coordenadas UTM, Sirgas 2000 730737.433E 6888239.838N), todas no Bairro Grama, cidade de Garopaba, conforme figuras 1, 2 e 3 a seguir.

Para definição do negócio proposto foi utilizado a metodologia de planejamento de negócios, sendo estas: o Canvas de Modelo de Negócios e o Plano de Negócios.

Figura 01: Localização das três áreas que compõe a propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor

A propriedade (Figura 1) encontra-se próximo a Lagoa de Ibraquera, as Praias do Ouvidor, Vermelha e do Rosa (estas duas últimas pertencentes ao município vizinho de Imbituba), na área também há engenhos de farinhas que ainda estão em atividade.

Figura 02: Atrativos próximos a propriedade rurbarna

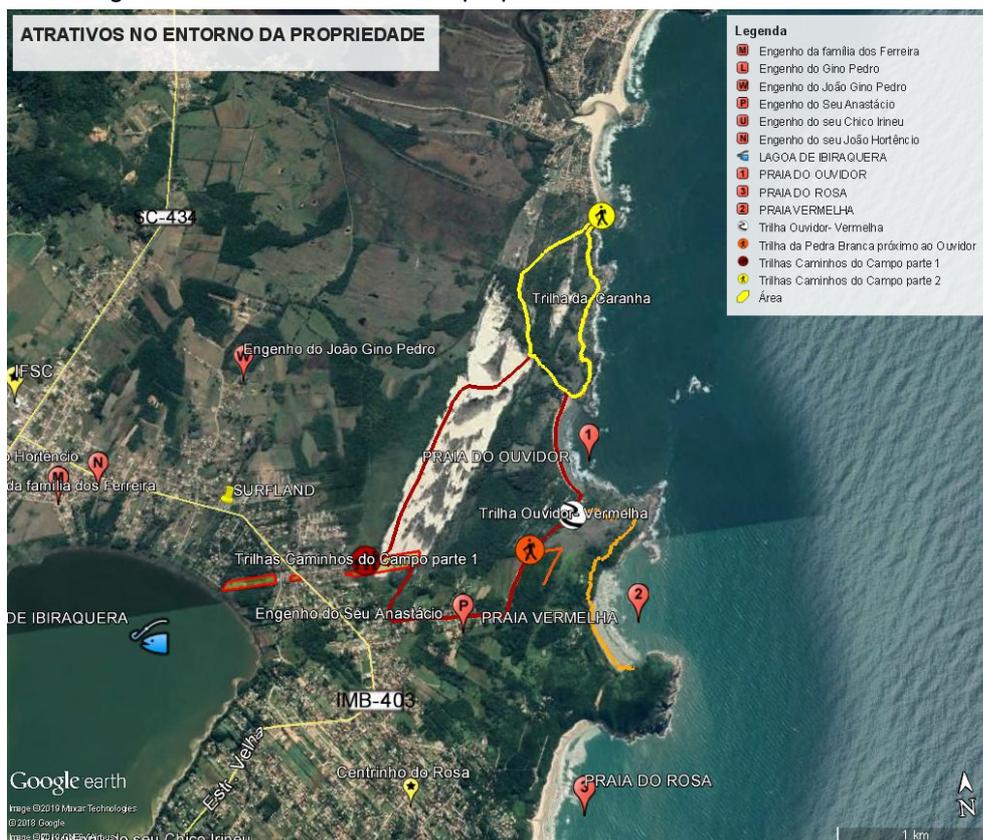


Fonte: Elaborado pelo autor

Além dos atrativos: Praias, Dunas, Lagoa e Engenhos expostos na Figura 2, saindo da propriedade é possível fazer algumas trilhas ecológicas, entre elas: Trilha Caminhos do Campo, Trilha da Pedra Branca do Ouidor, Trilha da Caranha e Trilha da Praia Vermelha. As duas últimas integram o planejamento dos Caminhos da Baleia Franca, Trilha de Longo Curso da Rede Brasileira de Trilhas<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Art. 1º Fica instituída a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - Rede Trilhas, composta por trilhas reconhecidas pela sua relevância nacional para a conectividade de paisagens e ecossistemas, a recreação em contato com a natureza e o turismo. (Fonte: Diário Oficial da União, Portaria Conjunta n 407, de 19 de Outubro de 2018. Disponível em [http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425](http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425) Acesso em 05/11/2019

Figura 03: Atrativos entorno da propriedade rurbarna incluindo trilhas



Fonte: Elaborado pelo autor

A missão do empreendimento é proporcionar experiências em atividades de agricultura familiar, envolvendo os hóspedes nas vivências rurais e trilhas locais. Ao mesmo tempo, isto permite um resgate da identidade cultural da comunidade e das tradições locais. Além disso é importante considerar a atuação em rede, onde diversos atores da comunidade compartilhem dos mesmos interesses e/ou valores, observando o trade turístico. O trade turístico é o “conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e prestadores de serviços turísticos.” (Programa de Regionalização do Turismo: módulo operacional 7 (MTur,2007)).

Figura 03: (1) Prática da agricultura familiar na região da pesquisa (2) Área possível para desenvolvimento do turismo rural



Fonte: do autor.

Destaca-se também que existe o dado secundário de uma matriz FOFA (SWOT), que foi construída na unidade curricular de Empreendedorismo em 2018, onde o foi sugerido o negócio aqui em questão. Segue:

Quadro 1: Matriz F.O.F.A. de análise do empreendimento

	FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
PONTOS FORTES	FORÇAS experiências em agricultura familiar	OPORTUNIDADES Negócio pioneiro
PONTOS FRACOS	FRAQUEZAS Falta de experiências em hospedagem (deste tipo)	AMEAÇAS Muitas pousadas concorrentes

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ações de capacitação em meios de hospedagem, atendimento e outros relacionados são necessárias para que o empreendimento aconteça.

Hoje o perfil do turista que frequenta a região é de um turismo de massa que busca sol e praia. O que o empreendimento vislumbra é abarcar o segmento de turismo rural, inserido em uma zona urbana (zona rurbana<sup>4</sup>), e próximo a atrativos

<sup>4</sup> “É um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional, valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos”. (Gilberto Freyre citado na Revista Algo Mais, acesso em 04/12/2019, disponível em <http://revista.algomas.com/urbanismo/voce-sabe-o-que-e-rurbanizacao>)

culturais e naturais. Segmento com pouca concorrência direta na região. Além disso, este tipo de investimento irá proporcionar um turismo ofertado o ano inteiro, contribuindo para diminuir o problema da sazonalidade vivido hoje.

Em relação a infra-estrutura está previsto para o empreendimento a construção de 30 leitos privativos com banheiros compartilhados. Atualmente a propriedade já possui um galpão que é utilizado para atividades operacionais. Este galpão será adaptado e reformado para acomodar os hóspedes. Será projetado espaços de convivência, como: cozinha e sala de estar. Pretende-se na proposta, construir 04 chalés oferecendo em sua estrutura além do quarto e banheiro, cozinha e sala de estar. Assim como a casa de moradia dos proprietários que também acolherá hóspedes. Externamente, também haverá áreas de vivência rural, como área de pesca, composteira, horta, área de manejo dos animais da propriedade.

Em termos operacionais, o empreendimento contará com o seguinte quadro de pessoal:

Quadro 2: Quadro de funcionários necessários para o empreendimento

<b>Nº</b>	<b>Cargo/Função</b>	<b>Qualificações necessárias</b>
1	Recepcionista	Ser pró ativo(a), ter noções de atendimento ao cliente e execução de operações básicas em hospedagem.
2	Serviços Gerais	Não necessita experiência
3	Manutenção	Experiência em eletricidade, reformas e instalações hidráulicas
4	Camareira	Experiência na área

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro de funcionários será composto por funcionários/membros da família, principalmente o casal de proprietários e filhos dos mesmos, de acordo com as características da agricultura familiar.

Em termos de sustentabilidade, na infraestrutura pretende-se fazer a captação da água da chuva para cisterna, a fim de abastecimento não potável, construção de banheiros secos, captação de energia solar e eólica. Importante salientar que a propriedade será abastecida também com o sistema convencional de

energia e água, que servirá de apoio no caso de falta das energias sustentáveis.

Entre os serviços que estarão disponíveis na pousada estão: refeições pré-agendadas com insumos da propriedade, bem como atividades de lazer para os hóspedes.

Com o intuito de resgatar as práticas rurais e a cultura local, pretende-se disponibilizar uma programação diária com atividades específicas para os hóspedes, tais como:

Quadro 3: Propostas de atividades a serem oferecidas

<b>Atividade</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Público-alvo</b>
Agricultura	Contato com a terra (o plantio, manutenção e colheita)	Turistas e pessoas interessadas nesta vivência
Pecuária	Contato com animais (alimentação, ordenha)	Turistas e pessoas interessadas nesta vivência
Pesca	Lazer e vivência da cultura local	Turistas e pessoas interessadas nesta vivência
Caminhada	Contato com a natureza e história local	Turistas e pessoas interessadas nesta vivência

Fonte: Elaborado pelo autor

A ideia é fazer com que o hóspede se integre à rotina da propriedade e das práticas rurais. Assim como os órgãos públicos municipais ainda não tem o domínio do entendimento sobre o agroturismo, os visitantes também precisarão ter conhecimento de que aqui também é possível realizar este tipo de atividade. Para que assim, seja possível diversificar a oferta turística, servindo de referência para novos empreendimentos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em consonância com o objetivo deste artigo, espera-se atingir e envolver o público alvo (turistas) para viver a autêntica experiência da vida no campo e da ruralidade, podendo ou não participar das rotinas diárias dos afazeres domésticos ou produtivos da propriedade, bem como adaptar a propriedade de estudo para fornecer hospedagem e vivência rural para que este, seja utilizado como referência da região de Garopaba, buscando : incrementar a oferta turística local por meio de

atividade em ambiente rural; desenvolver na propriedade uma renda familiar, como forma de incentivo à prática e manutenção do local para/pelos os visitantes e valorizar o patrimônio histórico cultural da região ligada às práticas sustentáveis.

Conforme o objetivo geral, foram definidas as diretrizes para implantação de atividades turísticas em uma propriedade rural de pequeno porte, com ênfase na agricultura familiar, com diretrizes às atividades e infra-estrutura básica necessária para a sua operação de modo sustentável.

Ao estabelecer o planejamento do negócio identificou-se aspectos necessários para a gestão ambiental no empreendimento de agroturismo. Entre eles, melhorias de infra-estrutura sustentável, composição de quadro de funcionários, destacando-se a utilização de mão de obra familiar e atividades de vivência no campo a serem desenvolvidas.

A implantação de atividades turísticas em pequenas propriedades rurais é uma forma de se obter um novo produto gerador de renda, evitando o êxodo rural e a necessidade do agricultor sair da propriedade em busca de uma renda extra. Assim como não ficar vulnerável a especulação imobiliária que é crescente na região.

Para um município que pretende aplicar uma Taxa de Preservação Ambiental (TPA) é de suma importância que se busque aumentar o número de atrativos turísticos sustentáveis, como forma de oferecer aos turistas novas opções de turismo e lazer, sem comprometer as atuais e o meio ambiente, é neste contexto que as propriedades rurais podem contribuir, pois o fluxo interno de turistas aumentará, além de gerar emprego e renda para as famílias envolvidas.

## REFERÊNCIAS

BENI, Mario. **Análise estrutural do turismo**. 13ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BEZERRA, Gleicy Jardi; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 02 de out e 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> . Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 4 dez. 2019.

BUARQUE , Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília, DF: IICA, 1999

EMBRAPA.**Módulos Fiscais**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 4 dez. 2019.

ESQUERDO-SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia M. Pessoa Pereira. **Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP**. Revista Extensão Rural, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do

Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

IZIQUÉ, Claudia. **O Brasil rural não é só agrícola**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%ADcola/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

KANNI, F. (2011). **Desenvolvimento turístico e gestão da sustentabilidade – perspectivas de novos processos de certificação**. In: TELES, R. M. S. (Org.). Turismo e meio ambiente. Editora Elsevier, Rio de Janeiro. p. 205-216.

PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **A agricultura familiar no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158572/1/artigo32-1Pedrozo.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

PHILIPPI JR, Arlindo & RUSCHMANN, Doris Van de Meene (ed) **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. (Coleção ambiental, v.9) Barueri, SP: Manole, 2010

PHILIPPI JR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. Barueri: Manoele, 2010. 9 v.

RAIMUNDO, Sidnei. Paisagem, turismo e análise ambiental. in TELES, Reinaldo Miranda da Sá (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 16ed. Campina: Papyrus, 2010

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. **SCHNEIDER, Sérgio et. al**, 2004.

SOLHA, Karina Toledo. **Papel do poder público para o turismo sustentável**. In TELES, Reinaldo Miranda da Sá. (org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TURNES. Valério, Alécio. **Turismo rural na agricultura familiar: conceitos e práticas**. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2015.

TUCUM (2008). Rede Cearense de Turismo Comunitário. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism (Fortaleza, Ceará), Brasil

## ANEXO I

Regras de submissão da Revista Turismo Visão e Ação. Disponível em:

<https://www.revtur.org/revistas/va/pinstruc.htm>

### Forma e preparação de manuscritos

O artigo científico submetido deve ser inédito, ou seja, que não tenha sido publicado em nenhum outro periódico nacional ou internacional, bem como em anais de eventos e/ou capítulo de livro de qualquer natureza.

O artigo submetido não deve estar sob processo de avaliação para publicação em outro periódico, seja ele nacional ou internacional. Tal condição deverá ser mantida durante todo o processo de envio, aguardo e resposta final por parte da Revista Turismo Visão e Ação.

No que se refere ao quantitativo de autores, a Revista Turismo Visão e Ação restringe o número máximo de 4 autores por artigo.

A submissão de artigos para a revista deverá ser de autoria de pesquisadores da área do Turismo. Pelo menos um dos autores deve ter titulação de mestre ou doutor.

Deve ser respeitado o limite de um artigo publicado na revista a cada dois anos.

#### Pré-requisito para publicações

Serão aceitos apenas trabalhos em formato de artigo científico, respeitando as normas descritas a seguir:

##### 1. Diretrizes básicas:

1.1 A redação do artigo, quando em nosso Idioma, deve estar conforme as regras do último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

1.2 A bibliografia do artigo deve ser consistente e mostrar também o posicionamento de doutrinadores estrangeiros sobre o tema.

##### 2. Natureza e elementos estruturadores básicos dos Artigos:

2.1 Os artigos deverão ser inéditos, escritos em português ou espanhol, e atender ao seguinte conteúdo e ordem: Título; Resumo (em português ou espanhol, para aqueles artigos escritos nessa língua); Palavras-chave; Abstract; Key-words; Introdução; Estado da arte/Revisão bibliográfica/Fundamentação teórica; Metodologia; Resultados; Considerações finais; e, Referências das fontes citadas (não numerada).

2.2 Estes tópicos devem estar claramente destacados/especificados ao longo do texto. Os subtítulos, quando existirem, devem ser concisos e claramente indicados.

2.3 Resumo e Abstract devem contar com no máximo 200 palavras, ressaltando objetivos, metodologia e síntese das considerações finais (ABNT – NBR 6028, vigente).

2.4 Indicação de no máximo três palavras-chave, que devem refletir as ideias elementares do texto, além de empregar descritores usuais na área do Turismo e afins.

2.5 Notas explicativas devem ser reduzidas ao mínimo necessário e apresentadas ao final

de cada página, em rodapé.

2.6 As citações presentes no corpo do trabalho e as referências correspondentes no final do mesmo devem estar de acordo com as normas da ABNT vigente, respectivamente NBR 10520 e NBR 6023.

2.7 Ilustrações e tabelas devem apresentar título, fonte e devem ser colocados no corpo do texto atendendo as normas ABNT, NBR 14724, vigente.

2.8 Se forem utilizadas fotos, as pessoas não podem ser identificadas, salvo com a sua permissão formal.

3. Responsabilidade: Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. O conteúdo dos artigos assinados não reflete a opinião da RTVA.

4. Configurações elementares de estrutura de artigos

4.1 Fonte: Arial/calibri, 14 (título do artigo), 12 (texto), 10 (citações recuadas e notas);

4.2 Espaço entre linhas: 1,5;

4.3 Margens: 3 cm (superior e esquerda); 2 cm (inferior e direita);

4.4 Folha: A4

4.5 Editor de texto: Word Windows 6.0 ou posterior

4.6 Parágrafo: espaçamento posterior e anterior: 0 ponto

4.7 Alinhamento: justificado.

5. Dimensão dos artigos: os artigos devem ter no mínimo 15 (quinze) e no máximo 25 (vinte e cinco) páginas.

6. Notificação do resultado da submissão: os autores serão notificados sobre o resultado da avaliação de seus artigos através de e-mail, podendo ocorrer em 4 situações: aceito para publicação; aceito com correções, correções obrigatórias e nova submissão, ou rejeição. Nos casos de aceito com correções os autores receberão as orientações dos avaliadores para as devidas correções, que devem ser atendidas no prazo estabelecido pela revista. O não atendimento dos prazos o artigo será retirado do processo e deverá ser feita uma nova submissão pelos autores.